



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. N° 0266/19
PLL N° 124/19

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER N° 272 /19 – CCJ

Denomina Rua Tapir Rocha o logradouro não cadastrado conhecido como Rua K – Vila Esmeralda –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

Vem a esta Comissão, para parecer, nos termos do art. 56, inc. IX, e do art. 58, inc. VI do § 2º e § 3º, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre – LOMPA –, o Projeto em epígrafe, de autoria do vereador Cassia Carpes.

A Procuradoria desta Casa, em Parecer Prévio, fl. 10, não apontou óbice de natureza jurídica à tramitação da matéria.

É o relatório, sucinto.

Inicialmente, cumpre frisar que o PLL apresentado deve ser examinado pela CCJ, por força do artigo 36, inciso I, alínea “a”, do Regimento da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre.

A presente proposição encontra guarida, sob seu aspecto formal, no artigo 101, Regimento desta Casa e na Lei Complementar n° 95/1998 e suas respectivas alterações.

In casu, o Projeto de Lei encontra guarida no art. 30, incisos I e VIII, da Constituição Federal de 1988¹, e no art. 9º, inciso II, da LOMPA².

Cabe registrar, que além dos dispositivos supracitados a proposição também encontra supedâneo no artigo 56, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

¹ Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (...)VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

² Lei Orgânica Municipal:

Art. 9º - Compete ao Município, no exercício de sua autonomia: (...) II - prover a tudo quanto concerne ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, promovendo o bem-estar de seus habitantes;



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 0266/19

PLL Nº 124/19

Fl. 2

PARECER Nº 272/19 – CCJ

“Art. 56 – Os assuntos de competência do Município sobre os quais cabe à Câmara Municipal dispor, com a sanção do Prefeito, são, especialmente:

[...];

IX– denominação de próprios municipais, vias, logradouros e equipamentos públicos, observado o disposto no inc. VI do §2º e no §3º do art. 58 desta Lei Orgânica”.(Grifei).

Ademais, entendo que a proposição preenche os requisitos estatuídos pela Lei Complementar nº 320/94, e alterações posteriores.

Diante do acima exposto, examinado os aspectos constitucionais, legais e regimentais, manifesto Parecer pela **inexistência de óbice** de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Sala de Reuniões, 17 de setembro de 2019.

**Vereador Mendes Ribeiro,
Relator.**



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. N° 0266/19
PLL N° 124/19
Fl. 3

PARECER N° 272/19 – CCJ

Aprovado pela Comissão em 18-9-19

Vereador Ricardo Gomes – Presidente

Vereador Cláudio Janta

Vereador Cassio Trogildo – Vice-Presidente

Vereador Márcio Bins Ely

Vereador Adeli Sell

Vereador Reginaldo Pujol